



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D Ã O Nº 352

Feito : Processo Nº 717/91-TCE/ACRE
Relator : Conselheiro ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE
Redistribuído: Conselheiro VALMIR GOMES RIBEIRO
Assunto : CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmados entre a COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DO ACRE "SANACRE" e ELDO REGIS GAMA DA SILVA e Outros

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS temporários - de números 010/90, 011/91 e 012/90, celebrados entre a SANACRE e ELDO REGIS GAMA DA SILVA, HILADESMEIRELES SILVA e SABA ALEKSANDER JOSIP KLEIN - considerados irregulares Inobservância as normas aplicáveis (arts. 37, II, da C.F/88 e 27, II, C.E/89; Lei Nº4320/64 e DL Nº 2300/86), implica em anulação das contratações e notificação do Diretor-Presidente da Empresa, para regularização. Arquivamento do processo, preenchidas as formalidades de estilo

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 717/91, acima indicado, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, acolher, ante as razões expostas, o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste julgado, no sentido de **considerar irregulares**, a execução dos **Contratos de números 010, 011, e 012/90**, em exame, ante a grave irregularidade de transformar aludidos termos de prestação de serviços temporários em **definitivos**, sem concurso público e descumprindo o imperativo constitucional previsto nos arts. 37, II, da Constituição Federal e 27, II, da Constituição Estadual, assinando o prazo de trinta (30) dias, ao atual Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Acre, para promover a anulação dos contratos em referência, com apuração de seus legítimos responsáveis, pelo dano causado ao erário público e devolução aos cofres do Estado, das quantias pagas, irregular e, em consequência, cumpridas as recomendações, seja cientificado este TCE, para arquivamento do presente processo, com as cautelas legais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Alcides Dutra de Lima e José Eugenio de Leão Braga.-----

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 25 de março de 1993.

Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE,
Presidente do TCE/ACRE

Cons. VALMIR GOMES RIBEIRO,
Relator, por Redistribuição

Fui presente:

Anna Helena de Aguiar Lima
ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA,
Procuradora do Ministério Público Especial

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

ACÓRDÃO Nº 332

Assunto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO ACRE.
Relator: Conselheiro VILMIR GOMES RIBEIRO
Conselheiro RENATO BARROS LEITE
Processo Nº 71751-2004

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO ACRE, Nº 010/90, celebrado entre a SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO ACRE e a LULA ELETRÔNICA S/A, inscrita no CNPJ nº 06.708.872/0001-11, de 07/08 e 27/11/90, sob o nº 2100/90, aplicado ao contrato de prestação de serviços de manutenção de equipamentos elétricos e eletrônicos do Hospital Regional de Saúde do Estado do Acre, para realização de reparos e substituição de peças.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
Este Acórdão foi publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 6.007
de 13 / 04 / 93
Arletes
Secretária do Plenário

Conselheiro RENATO BARROS LEITE
Presidente do TCE/ACRE
Conselheiro VILMIR GOMES RIBEIRO
Relator, por substituição

Assessoria de Imprensa
Assessoria de Assuntos Jurídicos
Assessoria de Administração



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSOS: 713/91 e 717/91

RELATOR : Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

ASSUNTO : Contratos de prestação de serviços firmados entre a SANACRE e Cristovão Carvalho do Carmo e outros.

RELATÓRIO: Tratam os feitos, sob análise, de várias contratações de serviços temporários firmados entre a Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE, e pessoas físicas, transformadas em definitivas, infringindo desse modo a legislação pertinente à espécie, tendo com representantes legais daquela Empresa, à época, os Senhores Adalberto Ferreira da Silva e Mauro Silvio de Oliveira, Diretor Presidente e Diretor Administrativo, respectivamente.

Do Processo nº 713/91: Trata dos Contratos de nºs 038/91, firmado com Cristovão Carvalho do Carmo, na qualidade de Assistente Técnico, com prazo de vigência de 90 dias e retribuição mensal de NCZ\$-23.276,69, termo assinado em 01.03.90; Contrato nº 039, firmado com José Francelino Primo, na qualidade de Engenheiro, com retribuição mensal de NCZ\$-35.800,56, e prazo de vigência de 90 dias, termo assinado em 01.03.90; e Contrato nº 040/90, firmado com Mâncio Muniz Albano Bayma, na qualidade de Assistente de Administração, com retribuição mensal de NCZ\$-20.883,00, e vigência de 90 dias, termo assinado em 01.03.90.

Do Processo nº 717/91: trata dos Contratos de nºs 010/90, firmado com Eldo Regis Gama da Silva, na qualidade de Auxiliar de Serviços Administrativo, com retribuição mensal de NCZ\$-7.429,45, e vigência de 90 dias, termo assinado em 01.03.90; Contrato nº 011/90, firmado com Hilaéde Meireles Silva, na qualidade de Auxiliar Administrativo, com retribuição mensal de NCZ\$-14.573,47, e prazo de vigência de 90 dias, termo assinado em 01.03.93; e Contrato nº 012/90, firmado com Sasa Aleksander Josip Klein, na qualidade de Administrador, com retribuição mensal de NCZ\$-35.800,56, e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE **fls.2.**

vigência de 90 dias, termo assinado em 01.03.90.

Das contratações supramencionadas, os autos noticiam que foram transformadas em definitivas a partir de 11.04.90, momento em que os contratados, passaram a fazer parte do quadro permanente da Empresa.

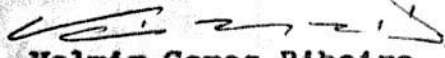
Consta nos autos, os relatórios, da lavra dos Técnicos deste TCE, João de Almeida Lima Filho, Heitor da Silva Pereira e Maria das Graças Reis.

Opinou também nos autos, o Assessor Técnico-Jurídico, Antonio Urcesino de Castro Filho.

Remetidos os autos ao MPE, sobreveio os Pareceres de nº 401 (Proc. 717/91) e 426 (Proc. 713/91), tendo como signatários, os ilustres Procuradores Mário Sérgio Neri de Oliveira e Anna Helena de Azevedo Lima, respectivamente, que se delineararam no mesmo pensamento, em dizer que os procedimentos adotados, transcorreram de maneira ilegal e irregular.

É o relatório.

Rio Branco-Acre, em 22 de março de 1993.


Cons. Valmir Gomes Ribeiro

Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSOS: 713/91 e 717/91

RELATOR : Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

ASSUNTO : Contratos de prestação de serviços firmados entre a SANACRE e Cristovão Carvalho do Carmo e outros.

CONCLUSÃO E VOTO: Vistos, analisados e relatados os presentes feitos, e no que pese os relatórios técnicos, dele se observa três irregularidades gritantes: a primeira apresenta-se pela própria contratação em si; a segunda por não se encontrar a documentação pertinente a liquidação dos contratos no período de suas vigências; e a terceira, a mais absurda de todas, foi a transformação desses contratos em definitivos.

Diz os técnicos, e isso está comprovado nos autos, que da análise procedida na execução dos contratos "in loco", não foi possível haver a documentação de comprovação dos pagamentos efetuados às pessoas contratadas, infringindo desse modo o estatuído na Lei 4.320/64, bem como as contratações efetuadas, ferirem os princípios previsto no DL. 2.300/86.

Transformar os contratos de prestações de serviços temporários em definitivo, sem que lei o defina, é ferir o imperativo constitucional, enserido nos arts. 37, II, da CF/88 e 27, II, da CE/89, que exige para ingresso em cargo ou emprego público, prévia aprovação em concurso público de prova ou de provas e títulos.

Com isso, as ilegalidades e irregularidades, assume aspecto mais grave, tendo seu responsável cometido verdadeiro delito.

Diante dos fatos, não podem subsistir os presentes contratos, por serem viciados e passivos de nulidade, pois a não observância do disposto nos incisos II, III, IV e V, do art. 27, da CE/89, implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei (art. 27, § 2º, da CE/89).

Bem andou os Senhores Técnicos, em dizer que os contratos, apenas serviram como degrau para a contratação permanente de servidores sem o concurso público.

Não há nenhuma dificuldade a se enfrentar quanto a anulação dos atos ilegítimos pela própria



Administração, desde que respeitadas os direitos gerados, nos casos presentes, direito esse a "relação de emprego com os contratados".

O saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, in Direito Administrativo Brasileiro, 17ª edição, p. 190/191, preleciona: "Pacífica é hoje a tese de que, se Administração praticou ato ilegal pode anulá-lo por seus próprios meios (Súmula 473, STF). Para a anulação do ato ilegal (não confundir com ato inconveniente ou inoportuno, que rende ensejo à revogação e não à anulação) não se exigem formalidades especiais, nem há prazo determinado para a invalidação, salvo quando norma legal o fixar expressamente. O essencial é que a autoridade que invalidar demonstre, no devido processo legal, a nulidade com que foi praticado. Evidenciada a infração à lei, fica justificada a anulação administrativa".

Porém, no tocante aos efeitos gerados no contrato de trabalho, que é o caso do que se está tratando, sobejamente comprovado, não se aplica na íntegra, a teoria civilista das nulidades, pois o princípio segundo o qual, o que é nulo, nenhum efeito produz, não pode ser aplicado ao contrato de trabalho, tendo em vista que o empregado poderá exigir a remuneração com fundamento na regra que proíbe o enriquecimento ilícito da Administração.

Em Direito do Trabalho, a regra geral há de ser a irretroatividade das nulidades. O contrato nulo produz efeitos até a data em que for decretada a sua nulidade.

Isto posto, e com fulcro no art. 27, § 2º, da CE/89, concluo votando, por outro caminho não me restar, senão em determinar ao atual Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE, que promova a anulação das efetivações ilegais, por considerar **IRREGULARES**, os contratos ora em julgamento, e ainda que se apure seus legítimos responsáveis quanto aos danos praticados ao erário público, responsabilizando-os pelo alcance dos valores efetivamente apurados, assinalando-se o prazo de 30 dias para seu efetivo cumprimento, de tudo dando-se ciência a este E. Tribunal, e ao depois, pelo arquivamento dos feitos.

É a minha manifestação e meu voto, Senhor Presidente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE fls.3.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1993.

Cons. Valmir Gomes Ribeiro

Relator